


SANTOS Edital terá duas propostas para participação de operadores no leilão ▶ **p3**

SUAPE Instalação de novo terminal da Maersk terá investimento de R\$ 2,6 bi ▶ **p6**

RIO GRANDE Porto será estratégico para projeto de geração de energia eólica ▶ **p7**



Arrendamento de terminais de Santos vai depender da desestatização, diz ministro

Se o leilão sair este ano, Minfra pensa em deixar para o futuro concessionário a definição sobre o melhor uso dos terminais STS 10 e STS 53 ▶ **p4**

EDITORIAL

O Ministério, os operadores e a desestatização

O Ministério da Infraestrutura definiu sua linha de ação em relação a um dos pontos mais debatidos no processo de desestatização do Porto de Santos - os critérios para a participação de operadores portuários no leilão do complexo marítimo. Na manhã de ontem, em Brasília, em entrevista ao Jornal **BE News**, o ministro Marcelo Sampaio revelou que terá duas opções de normas para essa participação. Elas serão apresentadas ao Tribunal de Contas da União (TCU) nos próximos dias. E caberá aos ministros da Corte definir qual será a aplicada.

Uma dessas regras prevê que essas empresas vão poder disputar a gestão do cais santista como parte de um consórcio de modo que cada uma terá até 5% de controle acionário do ente colegiado e, em conjunto, os operadores poderão ter até 100% das ações dessa associação. A outra norma também prevê a formação de um consórcio pelos operadores, mas estes podem ter uma participação individual de até 15% e, em conjunto, de até 40% - diretriz adotada no processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa).

Vale destacar que a primeira opção viabiliza a proposta de formação de um condomínio portuário para a gestão do Porto de Santos - ou seja, no modelo 5%-100%, será possível formar uma entidade formada por um mínimo de 20 operadores a fim de administrar o complexo marítimo.

A definição sobre os critérios para a participação dos operadores no leilão era um dos pontos em debate e que impedia o processo de seguir. O projeto deve ser apresentado ao TCU para avaliação e, somente com o aval da Corte, seu edital poderá ser publicado e o leilão, realizado. O Ministério trabalha para que a sessão seja realizada ainda este ano, provavelmente na segunda quinzena de dezembro.

E para agilizar a análise do TCU, o ministro Marcelo Sampaio informou que já repassou partes do processo de desestatização de Santos ao tribunal.

São evidentes os esforços que o Governo tem demonstrado para garantir que o leilão do Porto de Santos seja realizado neste ano. Mas não se pode abrir mão de que esse processo seja feito dentro da boa técnica e sem dúvidas ou pontos que possam ser questionados, o que só travaria seu andamento. O Ministério deve ter pressa e agilizar, no que for possível, a elaboração do projeto. Mas este deve primar pela qualidade, transparência e segurança jurídica, de modo que a desestatização do maior porto do País possa ser realizada sem sustos.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
Reprodução/Instagram



▲ CAPA

4 Arrendamento de terminais do Porto de Santos dependerá da desestatização

HUB

3 Justiça suspende arrendamento de área no Porto de Itajaí

NACIONAL

3 Edital de Santos terá duas propostas para participação de operadores no leilão

REGIÃO SUDESTE

5 Encerrada consulta pública para revisão da poligonal do Porto de Santos

Marinha abre visita pública a navios no Porto Maravilha

REGIÃO NORDESTE

6 Suape oficializa novo terminal da Maersk com investimento de R\$ 2,6 bi

REGIÃO SUL

7 Porto de Rio Grande será estratégico para geração de energia eólica

SOCIAL

8 Vitrine: confira os bastidores de festas, apresentações e visitas de autoridades em todo o Brasil com a jornalista Cândia La Terza



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Avenida Senador Pinheiro Machado, 22, Sala 12,
Santos, São Paulo
11075-000, BR

www.portalbenews.com.br

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 995540-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br



leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Itajaí 1

A Justiça suspendeu, ontem, o processo seletivo simplificado que o Porto de Itajaí (SC) realizou para o arrendamento transitório da área dos berços 3 e 4. A decisão partiu da juíza Sônia Moroso Terres, da Vara da Fazenda Pública, a partir de um pedido de liminar da SC Portos, uma das operadoras do complexo portuário. A empresa argumentou que o prazo para a entrega de propostas para a exploração da área - de uma semana, encerrado na última quarta-feira - era "insuficiente" para que as empresas interessadas realizassem estudos de avaliação econômica.

Itajaí 2

A juíza acatou o pedido, considerando que o prazo dado limitou a concorrência, o que levaria a uma contratação "possivelmente menos vantajosa" à administração. Ainda ontem, a Superintendência do Porto de Itajaí seguiu a determinação judicial e suspendeu o processo seletivo.

Fortaleza 1

Maior produtora e exportadora mundial de melão, a Agrícola Famosa S.A. deu início ao embarque da safra 2022/2023 pelo Porto de Fortaleza, administrado pela Companhia Docas do Ceará, na última quarta-feira. Essas operações serão semanais e vão ocorrer até fevereiro do próximo ano. Uma parte dos carregamentos de frutas será carregada em navios com tanques refrigerados da GreenSea Chartering, sem a necessidade de contêineres frigoríficos. Com isso, elas são embarcadas nos mesmos pallets utilizados para o transporte da fazenda da Famosa em Icapuí (CE) até o complexo marítimo, o que agiliza toda a operação. Serão carregados 3 mil pallets por navio.

Fortaleza 2

Uma outra parte dos carregamentos continuará em contêineres, que serão embarcados em navios da armadora CMA CGM. Serão cerca de 250 contêineres com frutas exportados semanalmente.

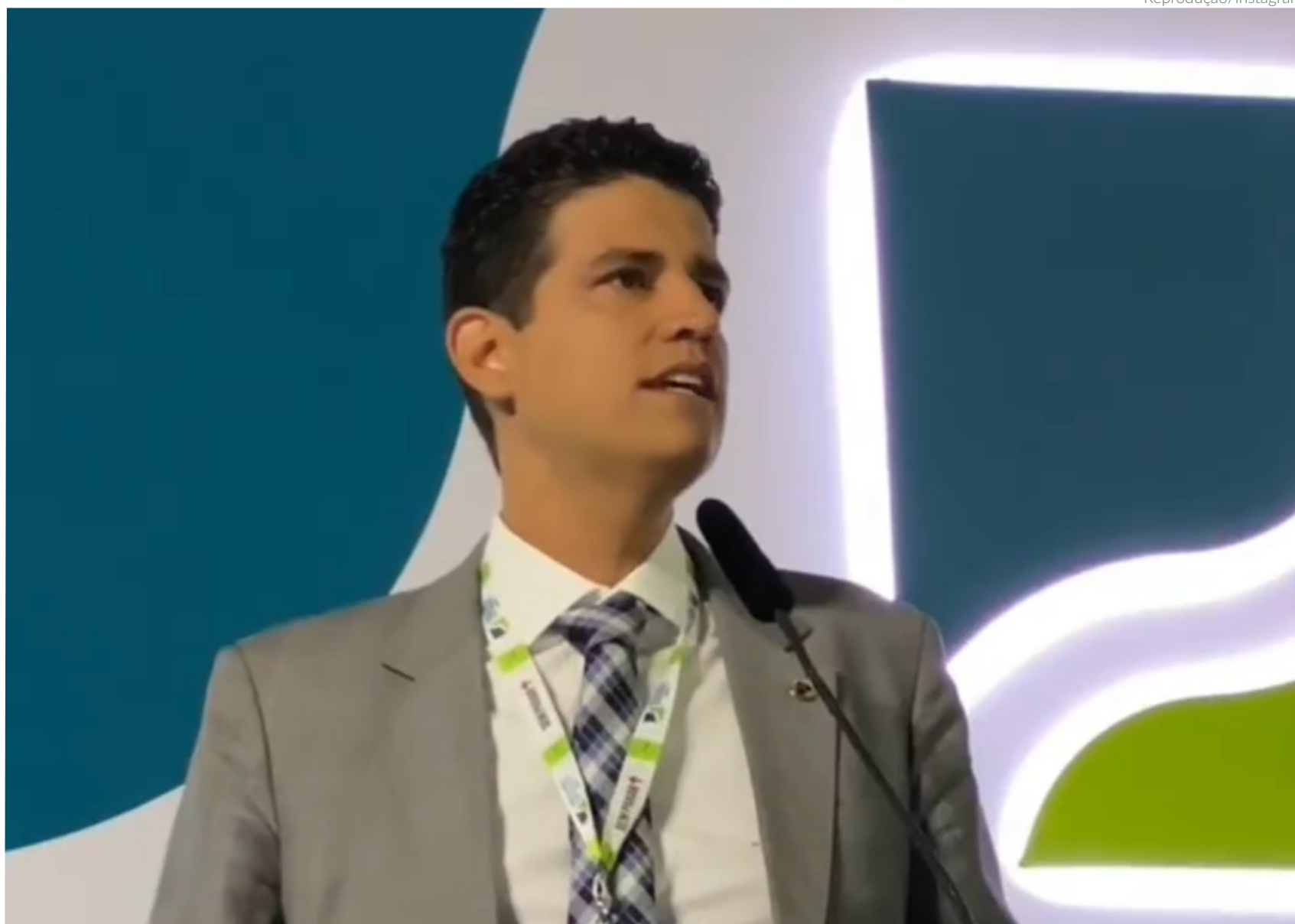
Abatec

A diretora jurídica e de Relações Institucionais do Grupo Wilson Sons, Roberta Carvalhal, foi eleita presidente do conselho diretor da Associação Brasileira de Terminais de Contêineres (Abatec) para o período que vai deste ano a 2024.

Edital de Santos terá duas propostas para participação de operadores no leilão

Segundo ministro, a primeira preverá participação acionária de 5% dos operadores em conjunto; a segunda será de 15% e 40% em conjunto

Reprodução/Instagram



O ministro da Infraestrutura afirmou que as porcentagens valerão para todos os tipos de operadores dentro do Porto de Santos

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou que o edital de desestatização do Porto de Santos (SP) deverá ser enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) com duas propostas para a participação dos operadores portuários. Ele deu essa declaração ontem, no segundo dia do congresso da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR Brasvias), em Brasília (DF).

Segundo ele, a primeira proposta é de que terminais e operadores possam participar do leilão para a desestatização do complexo marítimo formando consórcios com até 5% de controle acionário. Assim, coletivamente, esses agentes poderão chegar a 100% da entidade. Ou seja, será possível que um mínimo de 20 operadores se una e forme um consórcio para disputar o leilão e, vencendo, assuma a administração dos cais santista.

A outra proposta, que é a original do ministério, estipula que os operadores possam ter

“
FOMOS AO EXTERIOR
NOS ÚLTIMOS ANOS E,
TODA VEZ QUE
FALÁVAMOS DO
PORTO DE SANTOS,
OS FUNDOS FALAVAM
PARA COLOCAR O
PERÍODO DE
CONCESSÃO PARA
50 ANOS. POR MAIS
QUE TENTÁSSEMOS
ARGUMENTAR QUE
A NOSSA PROPOSTA
PREVIA 35 MAIS CINCO,
ELA NÃO ESTAVA
SENDO BEM
RECEBIDA.”

MARCELO SAMPAIO
ministro da Infraestrutura

uma participação individual de 15% e em conjunto, 40%. Essa norma inicial foi a utilizada no processo de desestatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), que administra os portos de Vitória (ES) e Barra do Riacho (ES).

“Encaminhamos as duas alternativas para que seja definida pelo TCU essa questão. Ou 5% para 100%, ou 15% para 40%. Essa regra vale para todos os operadores, sejam eles portuários ou ferroviários”, disse Sampaio.

A participação dessas empresas no leilão para a concessão do Porto de Santos foi motivo de debate desde que o governo tinha anunciado o limite de 15%-40% para a categoria. A Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) chegou a apresentar, em audiência pública, a proposta de ampliar essas restrições e indicaram a opção 15%-100%. Neste caso os operadores teriam controle do porto com uma parte acionária maior.

A redução dos limites para a participação dos operadores acabou sendo bem aceita. No início do mês passado, durante o Santos Export – Fórum Regional de Logística e Infraes-

trutura Portuária, em Guarujá (SP), o secretário nacional de Portos, Mario Povia, havia admitido que considerava interessante a alternativa 5%-100%, que hoje foi anunciada pelo ministro – o que, na prática, viabiliza o modelo de um condomínio portuário, ou seja, de uma empresa formada por operadores que atuam no próprio complexo marítimo e que se unem para administrá-lo.

Mudança para 50 anos

Durante conversa com os jornalistas, o **BE News** questionou o ministro sobre o porquê de a mudança do período de contrato de concessão do Porto de Santos de 35 para 50 anos. Marcelo Sampaio confirmou que a decisão veio após roadshows do ministério na Europa.

“Fomos ao exterior nos últimos anos e, toda vez que falávamos do Porto de Santos, os fundos falavam para colocar o período de concessão para 50 anos. Por mais que tentássemos argumentar que a nossa proposta previa 35 mais cinco, ela não estava sendo bem recebida. A capacidade de precificação desses investidores não vai além da primeira perna”, afirmou.

NACIONAL

Arrendamento de terminais do Porto de Santos dependerá da desestatização

Ministro diz que a destinação das áreas pelo futuro concessionário só acontecerá se o leilão da SPA sair neste ano

Divulgação/Ministério da Economia



Um dos terminais envolvidos na questão, o STS 10 é voltado para a movimentação e armazenamento de contêineres

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

A decisão sobre o arrendamento dos terminais STS 10 e STS 53 do Porto de Santos, voltados, respectivamente, para o transporte de contêineres e fertilizantes, poderá ficar para o novo concessionário do Porto de Santos, segundo declarou o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio.

Ele disse isso a jornalistas durante o segundo e último dia do congresso da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR Brasvias), realizado em Brasília (DF). De acordo com o titular da pasta, o ministério deixará a decisão ao futuro gestor caso o processo de desestatização do Porto de Santos tenha uma tramitação rápida dentro do Tribunal de Contas da União (TCU).

“Estou esperando como o processo de desestatização de Santos vai tramitar no TCU. Se ele andar bem e tivermos a privatização ainda neste ano, estou vendo a possibilidade de o novo concessionário definir o melhor uso da área”, disse o ministro.

Ainda segundo Sampaio, o governo trabalha com um pla-

no B se a corte de contas não decidir rapidamente sobre a desestatização. Neste caso, o ministério já tem estudos definidos para as duas áreas e seguirá com o plano de arrendá-las ainda neste ano.

“Se a nossa expectativa de tramitação rápida dentro do TCU não acontecer, eu já estou com os dois estudos em mãos e devo dar encaminhamento ao processo para que os leilões aconteçam ainda neste ano”, falou.

Vale lembrar que há uma disputa entre armadores e terminais portuários sobre o STS 10. Os terminais representados pela Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP) defendem que armadores como Maersk e MSC não participem do leilão do terminal de contêineres. Eles alegam que, caso uma das companhias arremate a área, o setor estará ameaçado por uma concentração predatória de mercado.

Já os armadores argumentam que os terminais estão tentando promover seus interesses privados de garantir menos concorrência dentro do porto. A decisão foi adiada várias vezes e ainda segue sob análise na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (An-

SEGUNDO MARCELO SAMPAIO, CASO O TCU NÃO DECIDA RAPIDAMENTE SOBRE A DESESTATIZAÇÃO, O MINISTÉRIO JÁ TEM ESTUDOS DEFINIDOS PARA AS DUAS ÁREAS E SEGUIRÁ COM O PLANO DE ARRENDÁ-LAS AINDA NESTE ANO

taq). Segundo apurou o **BE News**, a tendência é que haja uma vedação parcial de armadores no leilão.

No caso do STS 53, o assunto já está mais pacificado. A área, de 87.981 metros quadrados, será destinada à instalação de terminal dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente adubos (fertilizantes) e sulfatos. O arrendatário assinará contrato de 25 anos. A receita bruta global alcançará R\$ 6 bilhões. Os investimentos totais serão de R\$ 658,8 milhões. A movimentação total atingirá 89,8 milhões de toneladas.

Estudos enviados este mês

Marcelo Sampaio afirmou também que deverá enviar formalmente ao TCU até o fim da primeira quinzena deste mês os estudos de desestatização do Porto de Santos.

“Enviei o estudo no dia 30 informalmente para o ministro Bruno Dantas, que será o relator da matéria. Estamos somente seguindo um rito de governança e esperamos entregar o estudo formalmente no dia 16”, comentou.

Assinatura e desestatizações
Ainda de acordo com Marcelo

Sampaio, o governo deverá assinar o contrato de concessão da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) na próxima semana. O contrato não foi assinado por problemas internos dentro da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

“Vamos ter a assinatura da Codesa no próximo dia 5. Houve umas questões internas da SPU relativas ao patrimônio. Três semanas depois assinamos a entrega dos dois portos”, declarou o ministro.

Ao final da conversa com os jornalistas, o titular da pasta de Infraestrutura afirmou que a desestatização da Companhia Docas da Bahia (Codeba) acontecerá no início de 2023. Ele também pretende qualificar ainda neste ano mais quatro companhias docas no Programa de Parceria de Investimentos (PPI).

“Temos a Codeba com estudos bem avançados no BNDES e o leilão acredito que acontecerá no início de 2023. Docas do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará e Rio de Janeiro estarão qualificadas no PPI até o fim do ano. Também estabeleceremos um cronograma específico de desestatizações para esses portos”, disse.

REGIÃO SUDESTE

Encerrada consulta pública para revisão da poligonal do Porto de Santos

Prazo terminou às 23h59 de ontem e incluía proposta de retorno do traçado à revisão feita em 2020

Reprodução/Google Earth

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

O Ministério da Infraestrutura, por meio da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários, encerrou, às 23h59 de ontem, o prazo da consulta pública sobre a redução da poligonal do Porto de Santos (SP). Ao menos 17 contribuições haviam sido enviadas até as 19h30 de ontem. Conforme a proposta, a área delimitada do porto organizado retorna ao tamanho aproximado ao da revisão de 2020, que era em torno de 8 km².

A proposta dispõe sobre redução da área delimitada do complexo portuário entre outros ajustes. Em 18 de janeiro deste ano, foi publicada a Portaria nº 66, que dispunha sobre a expansão do traçado do porto organizado de 8 km² para 15,5 km².

Na Portaria nº 66, foram incluídas, por exemplo, as regiões da Ilha de Bagres e Largo do Caneu, localizadas na Área Continental, para exploração greenfield, ou seja, para desenvolvimento de novos empreendimentos. O objetivo era agregar valor à desestatização da Santos Port Authority (SPA), estatal que administra o Porto de Santos. As duas áreas juntas respondem por aproximadamente 6 km² e foram excluídas da proposta atual.

Em nota, o Minfra infor-



O mapa anexado à proposta aponta as áreas mantidas e as retiradas da poligonal do Porto de Santos

correção teria que ser feita de qualquer forma. Há discussões pontuais e uma importante, que é a exclusão das ilhas de Bagres e de Caneu. São áreas importantes para futuras expansões do porto, então, é preciso explicar o motivo que está sendo proposto essa exclusão e, com certeza, essa alteração dessas áreas vai impactar no processo de desestatização”.

Quanto à concessão da SPA, Sammarco disse que a revisão pode mudar também o perfil do futuro interessado. “Se está disputando uma concessão de uma área maior tem, talvez, uma produtividade diferente. Agora vai ser uma área mais restrita, com uma oferta menor de área de expansão, isso, com certeza, altera o perfil do investidor”, concluiu.

O sócio-diretor da Alemoa SA, João Maria Menano, que é membro da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), afirma que a consulta pública é válida, pois, dessa forma, o Ministério da Infraestrutura garante transparência no processo de desestatização do Porto de Santos e mostra que está aberto ao diálogo com a comunidade portuária. “Faltava essa etapa no processo. Dessa forma, há respeito aos contratos existentes”, salientou.

“as contribuições serão analisadas e incorporadas ou não ao processo, antes que o mesmo siga para o Tribunal de Contas da União (TCU)”.

“A medida ocorre para permitir a participação efetiva da sociedade e da comunidade portuária na delimitação dessa área e eventuais ajustes, antes da desestatização do Porto de Santos. Na consulta, a poligonal retorna ao tamanho aproximado que ficou na revisão de 2020”, esclareceu o ministério.

Repercussão

Para o diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandega-

dos (Abtra), Angelino Caputo, “como o próprio texto da consulta pública diz, a mudança é necessária para remover impedâncias que poderiam prejudicar o processo de desestatização do Porto de Santos”.

Caputo analisou que a revisão do traçado torna o processo de desestatização do porto mais viável. “A consequência imediata é a redução do valor do ativo a ser leiloado. Na verdade, a inclusão recente dessas áreas tinha como objetivo principal justamente valorizar o ativo. Ocorre que essas inclusões geraram muitos questionamentos que poderiam ter sido evitados, caso tivessem

sido objeto de uma discussão maior com a comunidade, o que não é obrigatório, mas é uma boa prática. O resultado foi que vários conflitos somente apareceram posteriormente, chegando a ameaçar o processo de desestatização com possíveis ações judiciais”, afirmou.

O presidente da Associação Comercial de Santos (ACS), Mauro Sammarco, disse que “é uma proposta importante porque visa corrigir itens que teriam sido incluídos de forma indevida quando entrou em vigor o PDZ (Plano de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário) anterior. Então, essa

Marinha abre visita pública a navios no Porto Maravilha

Evento na zona portuária turística do Rio faz parte da programação da semana da Independência

Divulgação/Marinha do Brasil

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A Marinha do Brasil realizará exposição e visitação de navios no Pier Mauá, localizado no Porto Maravilha, no Centro do Rio de Janeiro (RJ). O evento será aberto ao público e faz parte das comemorações dos 200 anos da Esquadra brasileira, fundada na mesma época em que foi proclamada a Independência do Brasil, celebrada no próximo dia 7. O evento é gratuito e será aberto ao público nos dias 3, 4 e 8 deste mês, das 9 às 17 horas.

Nos dias 3 e 4, o público poderá conferir o Capitânia da Esquadra, o navio aeródromo



O navio aeródromo multipropósito “Atlântico” é uma das embarcações que estarão abertas a visitação pública, nos próximos dias 3 e 4

ronaval, Comando da Primeira Divisão da Esquadra, Comando da Segunda Divisão da Esquadra, Comando da Força de Superfície, Comando da Força de Submarinos, Base Naval do Rio de Janeiro, Centro de Intendência da Marinha em Niterói, Centro de Apoio a Sis-temas Operativos, Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas e Unidade Médica da Esquadra.

Interessados podem se inscrever gratuitamente no endereço eletrônico: www.200anosdaesquadra.marinha.mil.br.

multipropósito – NAM “Atlântico” e o navio veleiro “Cisne Branco”. Já no dia 8, a visitação será aberta à fragata Rade-

maker, à corveta Júlio de Noronha e ao navio escola “Sagres”, da Marinha Portuguesa.

Na ocasião, haverá es-

tandes das organizações militares subordinadas ao Comando em Chefe da Esquadra, tais quais: Comando da Força Ae-

REGIÃO NORDESTE

Suape oficializa novo terminal da Maersk com investimento de R\$ 2,6 bi

Gigante mundial da navegação vai instalar em Pernambuco o segundo maior terminal de contêineres do Brasil, gerando 350 postos de trabalho

Divulgação



O evento reuniu autoridades do governo de Pernambuco, representantes do Porto de Suape e da Maersk

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

O Governo de Pernambuco oficializou ontem, no Centro Administrativo do Complexo Industrial Portuário de Suape, a instalação do novo terminal da APM Terminals, subsidiária do grupo AP Moller-Maersk, o que representa um investimento de R\$ 2,6 bilhões no Porto de Suape. O equipamento é resultado do leilão de uma área disposta no Estaleiro Atlântico Sul (EAS), vencido pela empresa dinamarquesa em 26 de julho.

Com o início das obras até o final do próximo ano e operação prevista para começar em 2026, o novo terminal de contêineres vai gerar cerca de 350 postos de empregos diretos e terá capacidade inicial de movimentação de 400 mil TEU, o que agregará 55% na capacidade do complexo portuário. Mas a intenção da empresa é alcançar a marca de 1,3 milhão de TEU anuais. Em 2021, o Porto de Suape movimentou 518 mil contêineres.

"A chegada da Maersk vai consolidar ainda mais Suape

como um dos principais portos do País. Trabalhamos intensamente pela atração de novos investimentos para Pernambuco e obtivemos mais esse êxito", afirmou o governador Paulo Câmara.

Ocupando 49,2 hectares, o novo terminal é resultado do revocacionamento dos estaleiros do cluster naval de Suape, após a venda de parte da área pertencente ao EAS. O processo teve desfecho com a realização de um leilão, quando a Maersk cobriu a maior oferta com um valor de R\$ 455 milhões. Esse resultado já foi homologado pela Justiça Federal para o pagamento de parte do passivo aos credores do EAS.

A iniciativa possibilitará mais conexões com os principais portos do mundo, além de incrementar a movimentação de cargas de cabotagem (entre portos nacionais), setor no qual Suape já é líder no Brasil.

O Complexo Portuário concentrará volumes ainda maiores de cargas contêinerizadas a serem distribuídas no Nordeste e no restante do País, com uma redução de custos que tornará Suape mais competitivo tanto em preço quanto em localização.

"Essa novidade, junta-

mente com diversos projetos realizados ao longo destes anos, buscam tornar o porto mais competitivo e atraente para novos negócios nacionais e internacionais", afirma o diretor-presidente do Porto de Suape, Roberto Gusmão.

O diretor de Desenvolvimento da Região das Américas APM Terminals - Grupo Maersk, Leonardo Levy, ressaltou a importância da cadeia global do Porto para as cargas de cabotagem. "Temos uma grande expectativa de que, com mais competitividade e eficiência, os exportadores e os importadores vão reagir trazendo mais linhas de navegação dietas, conectando a Ásia e a Europa diretamente ao Porto de Suape", concluiu.

Participaram da solenidade os secretários estaduais Alexandre Rebelo (Planejamento e Gestão), Décio Padilha (Fazenda), Marcelo Canuto (chefe de Gabinete do governador) e Alexandre Gabriel (chefe da Assessoria Especial); o presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Adepe), Roberto Abreu e Lima; e a prefeita de Ipojuca, Ana Célia.

Também estiveram presentes o comandante da Capi-

tania dos Portos de Pernambuco, capitão-de-mar-e-guerra Frederico Medeiros; a cónsul honorária da Holanda, Anelín Van Den Hoek; a CEO do Estaleiro Atlântico Sul, Nic-ole Mattar; o vice-presidente de Desenvolvimento da APM Terminals, Martin Van Donhen; o diretor de relações institucionais da Maersk Brasil, Mark Juzviaque; e os conselheiros do Estaleiro Atlântico Sul Roberto Brizola e Ernesto Camarço.

Infraestrutura

Maior investimento da APM Terminals na América Latina, o terminal está projetado para ter infraestrutura de primeira linha. Tem como carros-chefes dois conceitos alinhados com o modelo de gestão praticado em Suape: a sustentabilidade e a eficiência pela inovação tecnológica.

Como em todas as suas operações no mundo, o grupo europeu conta com um Programa de Descarbonização que busca minimizar a pegada de carbono, o que vai ao encontro dos interesses de Suape, que tem 59% de sua área dedicada à conservação ambiental e já contabiliza seu estoque de carbono, com um

O NOVO TERMINAL SERÁ INSTALADO EM ÁREA DISPOSTA NO ESTALEIRO ATLÂNTICO SUL (EAS), ARREMATADA PELA MAERSK

modelo de gestão com as melhores práticas ESG (sigla em inglês para governança corporativa, social e ambiental).

A APM Terminals conta com ferramentas para maximizar a eficiência das suas operações e encontrará em Suape um ambiente de desenvolvimento de plataformas tecnológicas com a ambiciosa meta de se tornar o porto mais moderno do Brasil.

Neste sentido, conta com aliados estratégicos situados no Porto Digital do Recife, como a Cesar School, que está desenvolvendo cinco módulos de Sistemas de Operação dos Terminais Portuários; e o Softex Recife, que está viabilizando trabalhos conjuntos da estatal portuária e das empresas em funcionamento no complexo com as mais de 200 startups instaladas.

Porto de Rio Grande será estratégico para geração de energia eólica

Empresa e governo do RS assinaram pré-acordo para o desenvolvimento da modalidade em alto-mar e a produção de hidrogênio verde

BÁRBARA FARIAS
barbara@portalbenews.com.br

A empresa Neoenergia e o governo do Estado do Rio Grande do Sul assinaram na última quarta-feira um memorando de intenções para o desenvolvimento da geração de energia eólica em alto-mar e um projeto de produção de hidrogênio verde. O documento tem duração de três anos e nesse período está prevista a cooperação em outras oportunidades relacionadas à área de energia.

O projeto de geração de energia desenvolvido pela empresa, denominado Águas Claras, contempla a construção de quatro parques eólicos e a Neoenergia projeta que as estruturas venham a suprir



Divulgação/Portos RS

O memorando de intenções entre o governo do Estado e empresa Neoenergia foi assinado na última quarta-feira

13% do consumo de energia do Estado.

O Porto do Rio Grande será um dos principais pontos de desenvolvimento do projeto. Nesse sentido, o memorando contempla as avaliações necessárias para o desenvolvimento da cadeia de valor, de suprimento e da infraestrutura do principal porto gaúcho.

"O Porto do Rio Grande se caracteriza por possuir uma das maiores áreas disponíveis para investimentos no estado.

Ao longo dos últimos anos, recebemos empresas e executivos da área da energia eólica offshore interessados em investir nessa nova modalidade de matriz energética. A assinatura do memorando com a empresa Neoenergia, representa um importante passo na busca por alternativas energéticas que sejam sustentáveis do ponto de vista ambiental. Neste sentido, temos também como um dos fatores de destaque na assinatura do memorando a possibili-

dade de desenvolvermos programas que possibilitem o avanço do hidrogênio verde no estado. Tal iniciativa possibilitará que venhamos a descarbonizar os processos ao longo dos próximos anos", declarou o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

Klinger acrescentou ainda que "o Porto do Rio Grande é indispensável nesse desenvolvimento do projeto Águas Claras, em razão de sua localização e posicionamento privile-

giado, contribuindo para a facilitação da logística para a chegada dos materiais que serão utilizados para a construção dos parques eólicos pretendidos".

Para o governador Ranolfo Vieira Júnior, trata-se de mais um passo na direção da transição energética do Rio Grande do Sul.

A secretária estadual de Meio Ambiente, Marjorie Kauffman, disse que "este momento marca também uma posição do Rio Grande do Sul nos avanços que precisamos ter na redução de carbono. Trabalhamos na trilha da descarbonização há alguns anos, alinhados com o que o mundo busca sobre esse tema".





NORTE EXPORT 2022

12 e 13 de setembro

Porto Velho - RO

PAINEL 1

Desenvolvimento econômico de Rondônia sob a ótica das operações logísticas e da infraestrutura portuária

- O estudo para o planejamento estadual de transportes em desenvolvimento pela EPL
- O horizonte de novos negócios no setor portuário
- As ações para melhoria da eficiência do transporte terrestre de cargas
- Integração Brasil-Bolívia-Peru

Apresentação: Alessandro Reichert,
Diretor de Planejamento da Empresa
de Planejamento e Logística (EPL)



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO



VITRINE



CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

NOVO MÊS, NOVOS ARES
E MARES, NOVOS EVENTOS,
MAIS SUCESSO,
MAIS REALIZAÇÕES
E MAIS ENCONTROS
QUE FAZEM A DIFERENÇA
PARA OS NEGÓCIOS
DE LOGÍSTICA,
INFRAESTRUTURA
E TODO NOSSO SETOR



BIENAL DAS RODOVIAS

Aconteceu em Brasília, na última quarta-feira (dia 31 de agosto) e ontem (dia 1), o XVII Congresso da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR BRASVIAS), que reuniu profissionais dos setores rodoviário e de concessão, do Brasil e do exterior, para a troca de experiências e informações. O evento abordou temas relacionados aos direcionamentos estratégicos, políticos e tecnológicos da infraestrutura rodoviária brasileira. Atrilhando o congresso e em foto especial para a nossa coluna, a sócia do Barral Parente Pinheiro Advogados e conselheira do Brasil Export Laíne Meira, a gerente de Projetos Estratégicos e Inteligência de Mercado da Stone Consultoria e Serviço e conselheira do Brasil Export, Millena Siqueira, a sócia diretora da Queiroz Maluf Advogados Associados e palestrante no evento, Letícia Queiroz de Andrade, e a diretora jurídica do Departamento de Estradas de Rodagem de Pernambuco (DER/PE), Aline Marques Albuquerque.

KINCAID E
INGLATERRA
JUNTOS EM
SÃO PAULO

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, o analista da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias SA Urubatan Silva Tupinambá Filho e a chefe da Procuradoria Jurídica da Valec, Thais Araripe Dias, no evento organizado pelo Kincaid | Mendes Vianna Advogados e o Governo do Reino Unido, no último dia 25 de agosto, em São Paulo (SP). Construções criativas de projetos e desenhos jurídicos inovadores para concretizar oportunidades de investimentos em ferrovias e portos foram os assuntos debatidos durante o encontro.



EVENTOS EM TERRAS MANAUARAS



A semana passada foi marcada por muitos eventos da Federação Nacional das Agências de Navegação Marítima (Fenamar). Em reuniões realizadas em Manaus (AM), foi sacramentada a fundação do sindicato das agências atuantes no estado, aconteceu a assembleia geral ordinária da Fenamar e foi eleita a próxima diretoria da entidade, com o atual presidente, Marcelo Neri, sendo reconduzido ao cargo até 2025. Na foto, em jantar de confraternização entre dirigentes da Fenamar e agentes marítimos do Amazonas, o presidente Marcelo Neri, o presidente do Sindicato das Agências de Navegação Marítima e Atividades Afins do Estado do Rio de Janeiro (SindaRio), José Carlos Gomes, o vice-presidente da Confederação Nacional do Transporte (CNT) e presidente da Federação Nacional das Empresas de Navegação Aquaviária (Fenavega), Raimundo Holanda, o ex-juiz-presidente do Tribunal Marítimo e indicado à diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o vice-almirante Wilson Pereira de Lima Filho, e o armador da Rebocadores Camorim, Carlos Camorim.

ABAC NA ESPLANADA



Em recente agenda em Brasília, mais precisamente no Ministério da Infraestrutura, os diretores da Associação Brasileira de Armadores de Cabotagem (Abac) Marco Aurelio Guedes e Eduardo Simeone, com o diretor-executivo da entidade, Luís Fernando Resano. Entre as reuniões realizadas, uma foi específica para discutir a publicação do decreto regulamentando o programa BR do Mar, projeto de incentivo à cabotagem.



NOVA DIREÇÃO

A coluna Vitrine deseja muito sucesso a Daniela Zicari di Monte, que acaba de assumir o cargo de diretora da DP World Logistics, braço logístico do Grupo DP World no Brasil. Daniela tem como principal missão fortalecer a atuação da empresa no segmento de NVOCC (Non-Vessel Operating Common Carrier), ampliando ainda mais as operações entre os agentes da cadeia produtiva e o marketshare da DP World Logistics, a partir de seu portfólio de serviços porta-a-porta.